



# *Prefeitura Municipal de Barueri*

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : Nº	05
Proc: Nº	194/02

## **MENSAGEM VETO Nº 001/02**

Barueri, 11 de abril de 2002.

**Senhor Presidente:**

*Cumpre-me informar a essa Egrégia Câmara, por intermédio de V.Exa., que, analisando o Projeto de Lei nº 14/02 a que se refere o Autógrafo de Lei nº 13/02, e usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 64, §1º, da Lei Orgânica do Município, resolvi vetá-lo em sua íntegra.*

*Cuida-se de medida de iniciativa dessa Colenda Câmara Municipal, obrigando as instituições financeiras deste Município a instalar banheiros e bebedouros acessíveis ao público usuário.*

*A despeito dos meritórios propósitos do projeto de lei em causa, não tem como ele prosperar.*

*Com efeito, a propositura apenas estabeleceu a obrigação, sem contudo, fixar:*

- a) prazo para o cumprimento dessa obrigação;*
- b) órgão responsável pela execução da lei;*
- c) penalidades em caso de descumprimento da obrigação.*

*Apontadas omissões, como é evidente, tornam inócuas as disposições da lei, posto que não se sabe qual órgão procederá as notificações, nem, tampouco qual o prazo para que as instituições financeiras atendam as notificações.*

*Ainda que superadas as questões acima, a ausência de sanções na hipótese de desatendimento das notificações, implica a inteira inexecutabilidade da medida.*

*Leis inexecutáveis contrariam o interesse público, porquanto constituirão letra morta na legislação municipal, sem aplicabilidade e sem função.*

*Há que se considerar, ainda, que a instalação de banheiros em instituições financeiras colocará em sério risco a segurança do estabelecimento e, conseqüentemente, dos usuários.*

*É que esses locais, pela natural e compreensível privacidade que deve ser mantida com relação às pessoas que dele se utilizam, poderão servir de abrigo, ponto de encontro ou de preparação de marginais para assaltos.*



# *Prefeitura Municipal de Barueri*

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : Nº	06
Proc: Nº	194/02

***Essa circunstância também caracteriza contrariedade ao interesse público, por prejudicar a manutenção da segurança.***

*Demais disso, dispõe a Constituição Federal, em seu art. 22, VI, que é de competência privativa da União legislar sobre o sistema monetário.*

*Essa mesma Constituição, em seu art. 192, IV, estabelece que, especificamente no tocante às agências bancárias, a organização, o funcionamento e as atribuições delas devem ser objeto de lei complementar.*

*Ressalte-se que a Lei nº 4.595/64, com força de Lei Complementar, confere competência ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central para regular a constituição, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades a ela subordinada.*

***O projeto de lei em causa, destarte, ao dispor sobre matéria excluída da competência municipal, incorreu, também, em flagrante inconstitucionalidade.***

*Isto posto, razões ligadas à sua contrariedade ao interesse público e à sua inconstitucionalidade, levam-me a vetar o Projeto de Lei nº 14/02, em sua integralidade, devolvendo-o a essa Edilidade para nova deliberação, na forma e no prazo da lei.*

*Na esperança de que os Nobres Edis saibam compreender os motivos que me impedem de sancionar a propositura em causa, saiba V.Exa. e seus Nobres Pares do meu apreço pessoal e distinta consideração.*

Atenciosamente,

**GILBERTO MACEDO GIL ARANTES**  
***Prefeito Municipal***

**Exmo. Sr.**  
**Dr. Jaques Artur Munhoz**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal de**  
**Barueri/SP.**

*A Comissão de Justiça e Redação desta Casa para emitir Parecer a respeito dentro do Prazo Legal.*  
*Em 16/04/02.*

  
*Presidente*